



Umberto Modiano (E) presta depoimento aos membros do IPC e afirma ser o maior prejudicado no escândalo

IPC ouve envolvidos em desvio de recursos

11 MAI 1989

A diretoria do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) começou a ouvir ontem os representantes das empresas envolvidas no desvio de recursos do órgão para a construção de um complexo turístico em Búzios, estado do Rio de Janeiro. O ex-presidente do IPC, deputado Gustavo de Faria (PMDB/RJ), acusado de ter liberado recursos que representam hoje US\$ 10 milhões, sem o conhecimento do Conselho Deliberativo nem autorização do tesoureiro do Instituto, deve prestar novo depoimento daqui a uma semana, quando poderá ser concluída a auditoria que vem sendo desenvolvida pelo órgão.

O primeiro a falar foi o presidente de A Rural e Colonização S.A., Umberto Modiano. A empresa emitiu 850 debêntures irregularmente — sem autorização da Comissão de Valores Mobiliários como é exigido por lei — para serem vendidas ao IPC e poder financiar casas em Búzios. Modiano afirma que não tomou conhecimento que os papéis seriam vendidos ao Instituto e também se diz lesado. "Eu acho que sou o maior prejudicado nesta história, pois se minhas debêntures são válidas, e eu tenho certeza que são, o IPC não será prejudicado", argumentou. "Se isto ocorre, eu saio lesado porque houve uma revenda que elevou o valor destas debêntures de Cr\$ 1,38 bilhão para Cr\$ 4,3 bilhões", lembrou ainda.

Modiano chegou a propor

a alternativa de devolver o dinheiro do IPC com correção monetária. A dúvida do Instituto é quanto à forma de resarcimento dos recursos e, principalmente, como o órgão poderá receber a diferença de Cr\$ 3 bilhões pagos por Faria pelas mesmas 850 debêntures.

No final da tarde de ontem, o diretor da HP Corretora, Humberto Petagna, depôs e exigiu que a imprensa saísse da sala. Sua parte na história envolve um cliente que ele não quis identificar. Segundo explicou, ele próprio pagou com cheque da empresa as 850 debêntures da Rural. Os

papéis, no entanto, foram comprados para o cliente sigiloso, e não para o IPC. Este personagem pagou a Petagna com um cheque da Crédimus, administradora que intermediou a operação.

Fernando Orotava, ex-administrador da Crédimus e também advogado da HP Corretora, levou para o IPC o sigilo do cliente, o comprador misterioso que exigiu a forma de emissão do cheque com que pagou as debêntures a Petagna.

Apresentou relatório dividido em quatro partes expondo a transação a partir da última semana de de-

zembo do ano passado; um relato de cada uma das operações; um demonstrativo do que recebeu e do que pagou cada empresa envolvida, e uma relação de 17 documentos fiscais, entre eles os cheques emitidos pela Crédimus, detalhando porque, para que e para quem foram emitidos. Sua exposição confirmou o envolvimento do IPC, de A Rural, da própria Crédimus e da Fundasemg, corretora que recebeu as debêntures da HP por Cr\$ 1,38 bilhão e as revendeu, no mesmo dia, ao IPC, por Cr\$ 4,3 bilhões. Hoje pela manhã o IPC ouve representante da Fundasemg.

CORREIO BRAZILIENSE